



## O ENSINO DE GEOGRAFIA NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: DIREÇÕES E DESAFIOS

THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN THE IMPLEMENTATION PROCESS OF THE NEW HIGH SCHOOL: DIRECTIONS AND CHALLENGES

LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA EN EL PROCESO DE IMPLEMENTACIÓN DE LA NUEVA ENSEÑANZA MEDIA: DIRECCIONES Y DESAFÍOS

**Armstrong Miranda Evangelista**

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil,  
armstrong@ufpi.edu.br

**Leide Dayane da Silva Araujo**

Secretaria Municipal de Educação (SME), Castelo, Piauí, Brasil, 1-  
araujolima@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo consiste numa reflexão desenvolvida no âmbito de uma pesquisa em nível de mestrado acerca dos impactos da reforma do Ensino Médio implementada pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), com foco no ensino de Geografia. Procuramos evidenciar que as mudanças estruturais provocadas pela reforma, atreladas a interesses do mercado, teve implicações no currículo da Geografia, o que afetou a formação dos estudantes no que tange ao domínio de conhecimentos significativos sobre a realidade socioespacial hodierna. A partir da literatura consultada no estudo, discute-se a redução da carga horária da área de Ciências Humanas na proposta do Novo Ensino Médio, os obstáculos enfrentados pelos docentes, como a questão da formação continuada e os desafios do uso de novas tecnologias no ensino. Ademais, embora a reforma ofereça novas possibilidades para personalizar o percurso formativo dos estudantes, são necessárias medidas que valorizem as ciências humanas e garantam melhores condições de ensino para que a Geografia continue desempenhando seu papel na formação crítica e cidadã dos estudantes. Conclui-se que a proposta tem como diretriz a concepção de currículo por competência, reduzindo o enfoque de capacidades críticas e reflexivas, fundamentais para pensar a complexidade do mundo contemporâneo e formar cidadãos capazes de compreender e agir frente as dinâmicas sociais e territoriais ligadas à sua experiência cotidiana.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio; ensino de Geografia; reforma educacional.



**Abstract:** The present article consists of a reflection developed within the scope of a research at Masters Level about the impacts of the High School reform implemented by the Law No. 13.415/2017 (Brazil, 2017), with a focus on the teaching of Geography. We aim to demonstrate that the structural changes caused by the reform, tied to market interests, have had implications in Geography curriculum, which affected the students' training in terms of their mastery of significant knowledge about everyday socio-spatial reality. Starting with the literature viewed in this study, one discusses the reduction of school workload in Human Sciences in the New High School proposal; the obstacles faced by the teachers, as well as the matter of continuous training, and the challenges in the use of new technologies in teaching. In addition, although the reform offers new possibilities to personalize students' training path, measures that value Human Sciences and guarantee better teaching conditions so that Geography keeps developing its part in students' critical and civic education are necessary. The article concludes that the proposal has the conception of a competency-based curriculum as a guideline, reducing the emphasis on critical and reflexive capacities, which are fundamental to thinking about the complexity of the contemporary world and training citizens that are capable of comprehending and acting in the face of social and territorial dynamics connected to their everyday experience.

**Keywords:** New High School; Geography teaching; educational reform.

**Resumen:** El presente artículo consiste en una reflexión desarrollada en el ámbito de una investigación a nivel de máster acerca de los impactos de la reforma de la Enseñanza Media implementada por la Ley nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), con enfoque en la enseñanza de Geografía. Buscamos evidenciar los cambios estructurales provocadas por la reforma, vinculadas a los intereses del mercado, tuvo implicaciones en el currículo de la Geografía, lo que afectó formación de los estudiantes en lo que se refiere al dominio de conocimientos significativos sobre la realidad socioespacial actual. A partir de la literatura consultada en el estudio, se discute la reducción de la carga horaria del área de Ciencias Humanas en la propuesta de la nueva enseñanza media, los obstáculos enfrentados por los docentes, como la cuestión de la formación continuada y los desafíos del uso de nuevas tecnologías en la enseñanza. Además, aunque la reforma ofrece nuevas posibilidades para personalizar el camino formativo de los estudiantes, son necesarias medidas que valoricen las ciencias humanas y garanticen mejores condiciones de enseñanza para que la Geografía continue desempeñando su papel en la formación crítica y ciudadana de los estudiantes. Se concluye que la propuesta tiene como directriz la concepción de currículo por competencia, reduciendo el enfoque de capacidades críticas y reflexivas, fundamentales para pensar la complejidad del mundo contemporáneo y formar ciudadanos capaces de comprender y actuar frente las dinámicas sociales y territoriales vinculadas a su experiencia cotidiana.

**Palabras-clave:** Nueva Enseñanza Media; enseñanza de Geografía; reforma educacional.

## **Introdução**

A educação brasileira no Ensino Médio passou por transformações significativas nos últimos anos, resultantes de políticas públicas voltadas para a flexibilização curricular e a preparação dos estudantes para as demandas contemporâneas. A reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) foi uma dessas iniciativas, tendo como intento reorganizar o currículo em grandes áreas de conhecimento, com foco na flexibilização, diferente do modelo anterior de caráter disciplinar. Nesse novo cenário, as Ciências Humanas Sociais Aplicadas (CHSA), especialmente o componente curricular de Geografia, têm enfrentado desafios que vão além da reestruturação de suas práticas pedagógicas, pois envolvem questões relacionadas à redução da carga horária e à desvalorização dessas áreas no novo formato curricular.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise dos impactos da reforma do Ensino Médio no ensino de Geografia a partir de uma revisão da literatura sistemática de trabalhos de diversos autores, como Batista (2019), Bento (2024), Ferreira (2024), Gonçalves (2023), Moll (2020), dentre outros, que discutem a questão. Identificou-se como as mudanças propostas têm afetado o ensino da disciplina comprometendo a formação integral dos estudantes reduzindo-se a presença das competências críticas e reflexivas no currículo, fundamentais para a construção de uma cidadania ativa.

Ao examinar a supracitada Reforma, pretendeu-se identificar os desafios, as estratégias e as alternativas que têm sido propostas para que o ensino de Geografia continue desempenhando papel essencial na formação integral dos jovens, mesmo diante das restrições impostas pela nova organização curricular.

Estudos de Silva (2021) e Ferreira (2024) apontam que a reforma do Ensino Médio, ao priorizar as áreas de Língua Portuguesa, tecnologias e de exatas, tem promovido uma desvalorização das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o que pode comprometer o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais, como o pensamento crítico, de suma importância para a compreensão das dinâmicas socioespaciais e a análise de fenômenos e processos geográficos diversificados, enriquecendo a visão de mundo dos estudantes.

Nesse sentido, a Geografia, integrada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, desempenha um papel crucial no ensino, na medida em que proporciona condições para uma leitura crítica do espaço e das interações humanas com o ambiente, tornando-se imprescindível na formação de cidadãos mais conscientes frente à complexidade do mundo contemporâneo. Entretanto, a redução da carga horária destinada às disciplinas da área de

Ciências Humanas levanta preocupações sobre a superficialização da abordagem dos conteúdos e a consequente perda da capacidade analítica em discussões geográficas em sala de aula.

Dessa forma, este artigo buscará explorar as seguintes questões: de que maneira as mudanças impostas pela reforma do Ensino Médio têm repercutido na prática docente em Geografia? Como a literatura acadêmica tem abordado a questão da formação crítica dos estudantes em meio à crescente valorização das áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, em detrimento das humanidades?

Assim sendo, tem-se como objetivo principal compreender as implicações da reforma do Ensino Médio para o ensino de Geografia e seu papel na formação crítica dos estudantes. E quanto aos objetivos específicos pretende-se: examinar aspectos importantes da reorganização curricular da Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); identificar os desafios enfrentados pelos professores no processo de adaptação ao novo currículo; propor reflexões sobre as condições necessárias para garantir uma formação integral e cidadã por meio do ensino de Geografia.

Buscamos, assim, analisar as transformações impostas pela reforma do Ensino Médio, com ênfase nos impactos sobre o componente curricular Geografia. Para isso, faz-se necessário entender as bases teóricas e os debates acadêmicos em torno dessa reforma educacional assim como a situação da Geografia na nova conjuntura de orientações curriculares, uma vez que acarreta uma série de alterações no trabalho docente e no processo formativo das novas gerações de estudantes em um cenário marcado por avanços técnicos-científicos que se fazem sentir na área educacional com efeitos diretos no cotidiano das ações pedagógicas escolares.

A reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), propôs uma reestruturação do currículo, organizando-o por áreas de conhecimento, conferindo a elas flexibilização e a possibilidade de escolha de itinerários formativos pelos estudantes. Essa mudança tem gerado discussões sobre a redução da carga horária de disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a priorização de outras, como Língua Portuguesa e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias com organização tendo o foco para o mercado de trabalho, o que pode comprometer a formação crítica e cidadã dos estudantes.

Nesse contexto de redução, cabe à Geografia um papel essencial na promoção de uma visão crítica e integrada sobre o mundo, responsabilizando-se por desenvolver no estudante uma compreensão ampla das relações entre sociedade, natureza e território. A implementação

da reforma trouxe desafios significativos para os professores dessa área, tanto na adaptação ao novo currículo quanto na adequação de suas práticas pedagógicas às novas demandas formativas.

Desse modo, busca-se com esse trabalho contribuir para o debate acadêmico sobre o futuro da Geografia no Ensino Médio, trazendo à luz as discussões atuais sobre a natureza e os efeitos da reforma educacional do Ensino Médio, propondo reflexões sobre como a disciplina pode continuar sendo importante no currículo ao se enfatizar suas potencialidades científicas e pedagógicas para compreender o contexto atual em diversas dimensões das práticas espaciais humanas.

### **A metodologia adotada no estudo**

A pesquisa abordou aspectos relevantes da organização da Geografia escolar na perspectiva do Novo Ensino Médio pelo viés qualitativo, ancorada em estudos bibliográficos (Gil, 2019; Minayo, 2013; Richardson, 2012) e seguindo orientações da revisão sistemática da literatura (Romanowski, 2006; Marques e Fonseca, 2019; Fonseca, 2019; Reigota, 2007). Foi realizada também uma pesquisa documental, de cunho qualitativo, a partir das normativas, documentos oficiais que regem o Novo Ensino Médio.

Uma tarefa inicial consistiu no levantamento de pesquisas sobre a Reforma do Ensino Médio e o ensino da Geografia em portais científicos. As buscas foram realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos da CAPES, em sites de Revistas de Geografia, no *Scielo*, no *Google acadêmico*, considerando um intervalo de dez anos, incluindo assim alguns anos que antecederam a Reforma. Os descritores utilizados nessas pesquisas foram “Geografia”, “Reformas curriculares”, “BNCC” e “Novo Ensino Médio”.

A busca se deu sobre artigos, dissertações e teses oriundas de programas de pós-graduação brasileiros na área de Geografia, Educação e correlatos, que discutem a temática da Reforma do Ensino Médio no processo de educação geográfica. Para isso, foram realizadas buscas entre 01 de julho e 31 de outubro de 2022.

Desse modo, foram selecionados textos referentes à temática da Reforma do Ensino Médio, à BNCC e o ensino de Geografia e sobre o tema currículo, por meio das reflexões realizadas por vários autores. Considerando o aspecto quantitativo, o levantamento da produção acadêmica atestou um total de 10 trabalhos que correlacionam a temática da

Reforma do Ensino Médio e o ensino de Geografia, destacando-se as produções de Bento e Almeida (2022), Silva (2021) e kuenzer (2020), Salmeron (2021) e Gonçalves (2023).

Além desses trabalhos sobre a Reforma do Ensino Médio, foram consultados outros sobre o ensino de Geografia ligados à formação de professores e à prática docente, como os de Batista e Feltrin (2019), Cavalcanti (2006), Pires e Cavalcanti (2018).

O levantamento realizado nos deu subsídios para construirmos uma abordagem teórica-conceitual sobre a Geografia enquanto componente curricular da Educação Básica, identificando materiais que procuram fazer uma análise crítica da Reforma do Ensino Médio, apontando fatores causais, possibilidades e limitações.

A pesquisa permitiu identificarmos elementos de criticidade sobre a temática em tela e a situação da Geografia nesse contexto, bem como sobre o conteúdo teórico-metodológico dos trabalhos. A partir dos levantamentos realizados, percebemos como têm sido as abordagens sobre o Novo Ensino Médio nas pesquisas acadêmicas sobre o ensino de Geografia, além da diversidade de metodologias e encaminhamentos realizados nos últimos anos acerca da reforma nesse nível de ensino.

Com isso, pudemos atentar para a incipienteza de pesquisas sobre a relação entre os temas Reforma do Ensino Médio e ensino de Geografia, uma questão que se revela preocupante diante de uma situação em que se observa a diminuição da presença dos conhecimentos desse componente curricular no Ensino Médio, desconsiderando-se sua importância no processo formativo dos estudantes brasileiros, tendo em vista que apresenta um temário rico e diversificado capaz de possibilitar uma compreensão ampliada da realidade social e espacial.

Desse modo, procuramos apresentar aqui uma amostra de trabalhos significativos que foram identificados durante o levantamento realizado nas bases de dados supracitadas e em livros da Geografia Escolar e da área de educação que tratam sobre a Reforma do Ensino Médio.

Destarte, nas páginas seguintes discutiremos a Reforma do Ensino Médio em seus aspectos gerais e a questão da reorganização curricular balizada pela BNCC. Em seguida, o enfoque incide sobre o papel da Geografia no contexto dessa reforma, com foco nos desafios e possibilidades que se apresentam para a prática docente e a formação dos estudantes.

## **A reforma do ensino médio e a BNCC**

A Reforma do Ensino Médio no Brasil, implementada pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), trouxe uma nova configuração curricular para essa etapa da educação básica, propondo a flexibilização do currículo e a organização por áreas de conhecimento. Segundo o documento, essa reestruturação visa alinhar a educação brasileira às demandas do século XXI, proporcionando aos estudantes mais autonomia sobre seus percursos formativos, por meio da escolha de itinerários formativos que dialoguem com suas necessidades e interesses futuros, seja para o mercado de trabalho ou para o ingresso no Ensino Superior (Moll, 2017).

A BNCC (Brasil, 2018) é um dos pilares dessa reforma. A BNCC estabelece aprendizagens essenciais em todas as áreas de conhecimento, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma formação comum, ao mesmo tempo em que abre espaço para itinerários mais específicos. De acordo com Gonçalves (2023), a BNCC busca promover uma formação integral, que não se limite apenas aos aspectos cognitivos, mas contemple também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a colaboração, a empatia e a resiliência.

No entanto, as mudanças propostas pela reforma e pela BNCC têm gerado controvérsias. Enquanto os defensores argumentam que a flexibilização curricular pode atender melhor às necessidades individuais dos estudantes e reduzir a evasão escolar, críticos como Gonçalves (2023) destacam que a reforma resultou em uma sobrecarga de conteúdos em algumas áreas e um esvaziamento de outras, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Na verdade, contraditoriamente, a redução da carga horária obrigatória dessas disciplinas, segundo Silva (2021), termina por comprometer a formação integral dos estudantes, uma vez que são essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico e, por conseguinte, para o exercício da cidadania ativa.

Além disso, Moll (2017) argumenta que a ênfase da BNCC em competências técnicas e profissionais impacta negativamente o pensar crítico e reflexivo, levando a uma formação mais voltada para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho, em detrimento da construção de conhecimentos substanciais para a leitura da realidade. Essa mudança, segundo Kuenzer (2020), desvitalizou o ensino de disciplinas como História, Sociologia, Filosofia e Geografia, comprometendo o desenvolvimento de uma visão mais ampla e crítica sobre as relações sociais, políticas e ambientais que permeiam a sociedade.

Outro aspecto relevante, apontado por Gonçalves (2023) é que, mesmo com a flexibilização curricular, a reforma terminou prejudicando estudantes de determinadas escolas

públicas nas quais os recursos e as condições de ensino são limitados. Muitos deles, especialmente os de classes sociais mais vulneráveis, têm menos acesso a itinerários formativos que promovam uma formação adequada, sendo muitas vezes direcionados para opções mais técnicas e pragmáticas. Isso reforça as desigualdades educacionais e limita as oportunidades desses estudantes desenvolverem suas potencialidades.

Assim, infere-se dos escritos de Gonçalves (2023), acerca da questão aludida anteriormente, que nas escolas com problemas estruturais os professores de Geografia se sentiriam pouco estimulados a planejarem e executarem itinerários formativos que aprofundassem conhecimentos da Geografia, estudando, por exemplo, os contextos locais. Isso decorreria da reduzida importância da participação dos professores nas decisões tomadas sobre o Novo Ensino Médio, assumindo um caráter de executores, bem como as carências de formação continuada sobre os pressupostos teórico-metodológicos da Reforma.

Nessa perspectiva, a aplicação dos itinerários formativos tenderia a ter um forte caráter funcional, em que o desenvolvimento de projetos de vida estaria mais inclinado para preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Concorreria também para isso a redução da carga horária semanal de Geografia, mais evidente nos currículos de alguns estados brasileiros, como aponta Gonçalves (2023), conferindo menos importância a esse componente curricular, o que deveria, a nosso ver, ser o contrário, pois sendo menor a carga horária, a opção de itinerários formativos de aprofundamento de conhecimentos poderia contribuir para mitigar tal redução. Acerca desse tópico, a reflexão de Martins Júnior, Martins e Dias (2023, p. 1406) é oportuna:

Entendemos que as redes de ensino necessitarão, para buscar coerência interna, dar conta da organização de um percurso curricular e propostas pedagógicas que sustentem a formação integral do jovens, com a inserção de saberes condizentes com os perfis dos estudantes e as culturas da juventude, apontando metodologias de ensino pautadas pela aprendizagem ativa e colaborativa, restituindo o caráter de integralidade dos conhecimentos e conceitos geográficos, históricos, sociológicos e filosófico que são essenciais para a vivência em sociedade.

Dessa forma, a reforma trouxe à tona importantes debates sobre a qualidade e a equidade da educação no Brasil. Embora as intenções da reforma fossem as de atualizar o currículo e torná-lo mais atraente aos estudantes, os desafios decorrentes da implementação dessas mudanças indicam a necessidade de ajustes que garantam uma formação mais equilibrada e inclusiva. Conforme apontado por Rigolin, Moreira e Vale (2023), a flexibilidade curricular deve ser acompanhada de políticas públicas que assegurem condições

adequadas de ensino para todas as áreas do conhecimento e, acrescentaríamos, sem comprometer a profundidade dos conteúdos e o desenvolvimento das competências críticas.

A flexibilização curricular trazida pela reforma tem como um de seus principais objetivos a personalização do percurso educacional do estudante, porque dá abertura para que ele escolha entre diferentes itinerários formativos, conforme seus interesses. Esses itinerários são organizados em quatro grandes áreas: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Adicionalmente, existe a possibilidade de uma formação técnica e profissional (Silva, 2021).

Outro ponto de discussão é a proposta da BNCC de integrar competências socioemocionais ao currículo. Embora essa abordagem tenha sido bem recebida por parte da comunidade acadêmica e por gestores educacionais, Gonçalves (2023) alerta para o risco de que a ênfase em competências socioemocionais ocorra à custa da diminuição da importância do desenvolvimento de competências cognitivas complexas, especialmente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Isso pode resultar em uma formação assimétrica, na qual habilidades técnicas e emocionais são priorizadas em prejuízo de outras que dão melhores condições para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que estruturam a sociedade.

A crítica central à reforma é que ela prioriza, de forma tácita, as demandas do mercado de trabalho em vez de uma educação integral que forme cidadãos críticos. Gonçalves (2023) afirma que o discurso oficial da reforma, que enfatiza a evasão escolar e a necessidade de tornar o currículo mais "atraente" para os estudantes, mascara um movimento de conformação da educação às exigências econômicas e produtivas do país. Para o autor, ao mesmo tempo que as reformas buscam solucionar problemas como a evasão escolar e a falta de engajamento dos estudantes, elas tendem a focar em competências práticas, sem garantir uma formação abrangente que conte com a diversidade de conhecimentos e áreas do saber.

Essa discussão sobre a reforma curricular, segundo Moll (2017) e Moll e Garcia (2020), refletem, frequentemente, as oscilações entre uma perspectiva de formação humanista, voltada para o desenvolvimento integral do estudante, e uma formação tecnicista, centrada em competências voltadas para o mercado de trabalho. A reforma de 2017, ao seguir a tendência de flexibilização curricular e de valorização das áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, retoma essa tensão histórica na educação brasileira,

negligenciando a atenção do potencial que os conhecimentos das Ciências Humanas têm a oferecer, particularmente a Geografia.

De acordo com kuenzer (2020), no contexto da Reforma do Ensino Médio disciplinas como a Geografia e a Sociologia, que têm a capacidade de promover reflexões sobre a cidadania, desigualdade social e ambiente, acabaram sendo marginalizadas no currículo. Isso ocorreu tanto pela redução do tempo dedicado a essas disciplinas como pela exigência de que os conteúdos sejam condensados e abordados com brevidade, para que "caibam" na nova estrutura modular.

Além disso, a reforma trouxe desafios para a prática pedagógica. Conforme salientado por Salmeron (2021), os professores têm enfrentado dificuldades em adaptar suas abordagens e métodos de ensino ao novo currículo, especialmente em disciplinas como a Geografia, que demanda uma análise interdisciplinar e crítica dos fenômenos socioespaciais. O novo formato curricular, limita o tempo disponível para discutir com mais acuidade temas diversos, como por exemplo, geopolítica, globalização e mudanças climáticas, de notável importância para a formação cidadã e o pensamento crítico.

Dessa forma, embora a Reforma do Ensino Médio e a BNCC tenham sido propostas com a intenção de modernizar e tornar o currículo mais flexível, muitos autores apontam que a implementação dessas mudanças tem gerado consequências negativas, principalmente no que se refere à desvalorização das Ciências Humanas e à limitação do desenvolvimento crítico dos estudantes. A literatura revisada evidencia que a diminuição da carga horária de disciplinas como a Geografia pode comprometer a formação integral e a capacidade dos estudantes de compreender e atuar nas dinâmicas sociais e ambientais que os cercam.

Por fim, é importante mencionar que recentemente (no ano de 2024) o Congresso Nacional aprovou mudanças substanciais no Novo Ensino Médio, promulgando a lei 14.945 de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024). Essa nova legislação, chamada de "reforma da reforma", visa aprimorar a reforma original de 2017, que ainda está em vigor. As mudanças introduzidas respondem a críticas à versão anterior e aos pedidos de adequação das alternativas de formação aos perfis e necessidades dos estudantes.

A "reforma da reforma", Lei n 14. 495 de julho de 2024, aumenta a carga horária mínimo total da Formação Geral Básica para 2400 horas, incluindo as seguintes áreas: I – Linguagens e suas Tecnologias, integrada pela Língua Portuguesa e suas literaturas, Língua Inglesa, Artes e Educação Física; II – Matemática e suas Tecnologias; III – Ciências da Natureza e suas Tecnologias, integrada por Biologia, Física e Química; IV – Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas, integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia. A carga horária mínima total do ensino médio será de 3.000 horas.

Quanto aos itinerários formativos, estes terão uma carga horária mínima de 600 horas (excetuando a formação técnica-profissional que poderá chegar a 1200h). Isso indica um esforço para fortalecer a base educacional dos estudantes, garantindo que recebam um ensino mais amplo e diversificado antes de escolherem um itinerário formativo. Além disso, os itinerários formativos foram reformulados para serem específicos e integrados, facilitando a conexão entre a formação acadêmica e as exigências do mercado de trabalho. Segundo o Art. 36 da referida Lei: Os itinerários “serão compostos de aprofundamento das áreas do conhecimento ou de formação técnica e profissional, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de Ensino. [...]” (Brasil, 2024).

### **A Geografia no contexto da reforma do ensino médio**

O ensino de Geografia no Ensino Médio, pode desempenhar um papel central na formação crítica dos estudantes, proporcionando a compreensão das dinâmicas espaciais, sociais, econômicas e ambientais, que moldam a realidade contemporânea. Ele pode oferecer aos estudantes conceitos e habilidades metodológicas para ler o espaço, reconhecer diferenças na composição de lugares e regiões, entender os arranjos políticos e culturais que definem múltiplos territórios de grupos humanos e dar sentido aos fenômenos aparentes, buscando processos subjacentes.

No entanto, com a implementação da Reforma do Ensino Médio em 2017, o componente curricular Geografia incluído na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas passou a enfrentar desafios decorrentes da reorganização curricular e da redução de sua carga horária (Ferreira; Gonçalves; Camargo, 2024). Tal situação impactou os conteúdos do currículo, restringindo as possibilidades de uma abordagem geográfica com maior fundamentação.

É fato notório que a diminuição da carga horária prejudica o aprofundamento de temas diversificados e relevantes da Geografia, dando à abordagem dos objetos de conhecimento um caráter de superficialidade, fato que compromete a capacidade dos estudantes de desenvolverem um entendimento crítico e sistêmico das transformações que ocorrem no mundo (Bento; Almeida, 2022).

Além disso, a BNCC estabelece que o ensino de Geografia no Novo Ensino Médio deve ser organizado em torno de competências e habilidades, com ênfase na

interdisciplinaridade, articulando conteúdos de diferentes áreas do conhecimento (Moll, 2017). Embora a proposta de interdisciplinaridade possa ser positiva, dependendo da abordagem adotada, professores de Geografia têm relatado dificuldades em promover a integração entre as áreas de conhecimento de maneira eficaz, conforme destacado por Silva (2021). O problema da carga horária e a falta de um conjunto de materiais didáticos específicos adaptados ao novo currículo são fatores que agravam esse cenário, dificultando a implementação eficaz das novas diretrizes.

Um outro desafio importante está relacionado ao papel da Geografia na formação cidadã e crítica dos estudantes. Como apontam Silva (2021) e Salmeron (2021), a Geografia ao tratar das relações entre sociedade e natureza, tem o potencial de desenvolver nos estudantes uma consciência crítica acerca do espaço que habitam, das interações ambientais e das questões de justiça social. Todavia, a Reforma do Ensino Médio enfraqueceu esse potencial, uma vez que não há tempo suficiente para explorar melhor essas questões. Isso levanta preocupações sobre a formação dos estudantes em um viés *lato sensu*, já que a Geografia desempenha um papel crucial na construção de uma visão crítica e cidadã, especialmente em um contexto global marcado por crises ambientais, sociais e políticas.

Um dos principais impactos da reforma no ensino de Geografia é a mudança no enfoque pedagógico da disciplina. É preciso dizer que, antes o currículo da Geografia, por sua abrangência temática, dava ao professor a possibilidade de estimular capacidades crítico-reflexivas dos estudantes. Porém a restrição dos conteúdosposta pela Reforma colocou mais dificuldades nesse sentido ao dar centralidade a aspectos instrumentais do currículo, ao aprendizado de habilidades formais, como é o caso das habilidades ligadas à cartografia. Tal situação teve como consequência o desequilíbrio na relação forma-conteúdo, que enfraquece o papel da Geografia na formação de cidadãos capazes de compreender e intervir nas dinâmicas sociais e territoriais. Como dizem Ribeiro, L. e Ribeiro, W. (2010, p. 11) “[...] o ensino da Geografia pode ter grande importância [...] mediante práticas crítico-reflexivas [...] visando uma aprendizagem dotada de significado, que seja instrumento de vivência e de contraposição às contradições socioespaciais”.

Outro aspecto não menos importante é a preparação dos estudantes para avaliações externas. Autores como Gonçalves (2023) e Silva (2021) argumentam que a redução dos conteúdos de Geografia no currículo pode comprometer o desempenho dos estudantes nessas avaliações. No caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por ser maior o nível de exigência das questões geográficas e ambientais, tende a gerar um descompasso com o que é

ensinado na escola. A comparação entre a matriz do ENEM e o que é proposto pela BNCC revela que muitos dos temas abordados no exame, como por exemplo geopolítica e sustentabilidade, não recebem o tratamento devido nesse documento, o que pode deixar os estudantes em desvantagem se esses temas não estiverem na programação escolar.

Para Bento e Almeida (2022) e Silva (2021) o pouco incentivo à formação continuada dos professores e, por consequência, o acesso a novos materiais didáticos de Geografia, são um dos principais obstáculos à implementação da nova estrutura curricular. Embora plataformas digitais, como o Canal Educação, tenham sido adotadas para suprir essas lacunas, os professores indicam que esses recursos ainda são insuficientes para garantir a qualidade do ensino de Geografia no Novo Ensino Médio. Somado a isso, acrescentaríamos, o problema da carga horária insuficiente e a falta do planejamento didático-pedagógico por disciplina.

A redução da carga horária destinada às ciências humanas e à Geografia levanta preocupações sobre o futuro da formação dos estudantes. A Geografia é uma disciplina que, ao integrar conhecimentos sobre o espaço, a sociedade e o meio ambiente, contribui diretamente para a construção de uma consciência cidadã e crítica. Mas com as mudanças trazidas pela reforma, existe o risco de que a formação dos estudantes se torne cada vez mais técnica, voltada para o desenvolvimento de habilidades práticas (Silva, 2021).

13

Dessa forma, o ensino de Geografia no contexto da reforma do Ensino Médio enfrenta desafios significativos, tanto em termos de sua organização curricular como em sua capacidade de formar cidadãos com maior criticidade. O aprofundamento desses desafios requer uma análise contínua sobre as mudanças curriculares que estão sendo implementadas nas escolas, além de uma reflexão sobre as políticas públicas necessárias para garantir que o ensino de Geografia seja basilar na formação dos estudantes.

A interdisciplinaridade, indicada na reforma do ensino médio e na (BNCC), propõe enriquecer o ensino de Geografia, integrando esse componente curricular a outras disciplinas das ciências humanas e até a outras áreas como as ciências da natureza. Porém, na prática, a interdisciplinaridade enfrenta desafios significativos. Como apontam Gonçalves (2023) e Moll (2017), na realidade as abordagens verdadeiramente integradas entre as áreas de conhecimento são escassas. Muitas vezes os assuntos são tratados de forma fragmentada, sem uma conexão real entre os temas, o que prejudica o desenvolvimento de uma compreensão abrangente da realidade social e geográfica por parte dos estudantes.

Nesse sentido, a Geografia, por sua natureza interdisciplinar, deveria ocupar uma posição de proeminência no currículo, visto que possibilita a compreensão das relações entre

a sociedade, o ambiente, a política e a economia. O que se vê, porém, é que o Novo Ensino Médio subtrai as possibilidades de explorar essas conexões, fazendo com que muitos professores se distanciem de questões mais complexas que exigem reflexão e análise crítica (Silva, 2021). Isso levanta a questão de como garantir aos estudantes uma formação geográfica adequada, mesmo diante das limitações que estão sendo apontadas.

Um outro ponto relevante é a questão da avaliação da aprendizagem em Geografia. A Reforma do Ensino Médio, ao introduzir a flexibilidade curricular, também trouxe mudanças no formato de avaliação. A ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades específicas sugere uma abordagem mais prática, com foco na aplicação dos conhecimentos. Contudo, conforme argumentado por Bento e Almeida (2022), essa mudança pode resultar em uma desvalorização das avaliações que estimulem formas superiores de pensamento que possibilitem a reflexão crítica sobre temas geográficos. O efeito disso é que os estudantes acabam sendo treinados para resolver problemas imediatos e práticos.

Esse desafio é ainda mais intensificado pelas condições infraestruturais de muitas escolas públicas no Brasil, especialmente em regiões menos favorecidas. De acordo com Silva (2021), a desigualdade no acesso a recursos didáticos, a infraestrutura inadequada e as dificuldades de formação continuada de professores contribuem para uma disparidade significativa na qualidade do ensino de Geografia entre escolas de diferentes contextos. Em muitas delas, a falta de recursos torna difícil a implementação de projetos pedagógicos que envolvam atividades mais complexas, como o uso de tecnologia, trabalhos de campo ou projetos interdisciplinares, essenciais para o ensino de Geografia.

Ademais, tem-se a questão da inserção das competências socioemocionais na BNCC. Embora vista como uma inovação necessária para o desenvolvimento integral dos estudantes, a sua aplicação prática no ensino de Geografia produz tensionamentos. Gonçalves (2023) sugere que, embora a Geografia tenha o potencial de desenvolver competências como a empatia e o trabalho colaborativo por meio de debates sobre questões ambientais e sociais, a forma como essas competências são avaliadas e aplicadas na escola pode desviar a atenção de questões cognitivas substantivas. Os professores, muitas vezes, enfrentam dificuldades em equilibrar a formação socioemocional e o ensino de conteúdos geográficos significativos em decorrência da restrição deles no currículo.

Apesar das críticas e desafios, há também oportunidades que a Reforma do Ensino Médio pode trazer para o ensino de Geografia. A ênfase na flexibilidade curricular e na escolha dos itinerários formativos pode ser vista como uma oportunidade para diversificar a

sua abordagem, incentivando os alunos estudantes a escolherem itinerários que dialoguem com seus interesses e necessidades. Conforme destacado por Moll (2017), essa flexibilização pode permitir que a Geografia seja trabalhada em consonância a realidades locais, propiciando uma educação mais significativa para os estudantes.

Nessa perspectiva, a solução para muitos desafios enfrentados pelo ensino de Geografia no Novo Ensino Médio passa pela adoção de políticas públicas que valorizem as Ciências Humanas e proporcionem melhores condições de trabalho para os professores, e garantam a todas as escolas, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, os recursos materiais necessários para a melhoria do ensino, de modo a levar em consideração aspectos importantes preconizados pela BNCC, tendo em vista seu caráter balizador para o currículo do Ensino Médio (Gonçalves, 2023).

Logo, o ensino de Geografia no contexto da Reforma do Ensino Médio enfrenta um cenário caracterizado por desafios e possibilidades diante dos direcionamentos dados pelos documentos oficiais. Até agora a contração da carga horária e a fragmentação do currículo são obstáculos significativos. Mas existe a possibilidade de transformar essas dificuldades em oportunidades, promovendo uma educação mais articulada às realidades locais e às necessidades dos estudantes. Para que isso aconteça, é fundamental que as políticas educacionais sejam ajustadas de modo a garantir que a Geografia continue a desempenhar papel primordial na formação crítica e cidadã dos alunos estudantes.

Acreditamos que uma educação geográfica transformadora depende de uma visão complexa do conhecimento, permitindo que os alunos estudantes compreendam as relações entre sociedade, espaço e ambiente, ao mesmo tempo em que desenvolvem o pensamento crítico e a capacidade de intervenção no mundo. Nesse contexto, destaca-se a importância de os professores buscarem alternativas pedagógicas que valorizem as interligações com a realidade vivenciada pelos estudantes e sua participação ativa nas aulas, construindo significações substantivas sobre os assuntos estudados, compreendendo melhor o porquê dos arranjos socioespaciais. Isso possibilitaria uma educação geográfica de qualidade e relevância, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, sustentável e participativa.

Por fim, a expectativa atual é que com a revisão da lei do ensino médio, ocorrida recentemente (Brasil, 2024), haja uma revalorização dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e, consequentemente, da Geografia, descortinando novas possibilidades dada sua importância curricular na formação escolar dos estudantes.

## **Considerações finais**

A reforma do Ensino Médio, implementada pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e orientada pela BNCC (Brasil, 2018), trouxe notórias mudanças estruturais no currículo dessa etapa da educação. Ainda que o objetivo principal tenha sido flexibilizar o ensino e adaptar a formação dos estudantes às demandas do mercado de trabalho e às novas realidades sociais, os impactos dessa reforma, especialmente no ensino de Geografia, revelam um cenário desafiador.

A redução da carga horária destinada aos componentes curriculares de ciências humanas, incluindo a Geografia, levanta sérias preocupações sobre a formação integral dos estudantes. Como discutido ao longo deste artigo, a Geografia é uma disciplina essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, oferecendo aos estudantes a capacidade de compreenderem as relações entre sociedade e natureza que impactam diretamente suas vidas. A diminuição do tempo dedicado a essa área, associada à flexibilização curricular, dificulta o aprofundamento dos conteúdos e compromete a construção de uma visão crítica por parte dos estudantes.

Outro ponto central é a prática docente no novo contexto curricular. Os professores de Geografia têm enfrentado dificuldades para adaptar suas abordagens pedagógicas à nova estrutura proposta pela BNCC, em parte devido à falta de materiais didáticos específicos e à necessidade de uma formação permanente mais robusta, motivada por políticas educacionais que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Vimos que a interdisciplinaridade proposta pela reforma, embora positiva em tese, ainda encontra barreiras práticas, o que limita a possibilidade de uma integração real entre os conteúdos e áreas de conhecimento.

Ademais, a reforma promoveu por um lado uma ênfase em competências técnicas e socioemocionais, mas, por outro, provocou a desvalorização de componentes do currículo que fomentam o desenvolvimento de capacidades superiores de pensamento, como é o caso da Geografia e todo seu arcabouço de conhecimentos. A priorização de competências práticas, orientadas para o mercado de trabalho, tende a dar aos componentes das humanidades maior superficialidade de abordagem, deixando de lado a reflexão sobre problemáticas geográficas significativas do mundo contemporâneo.

Mas, apesar dos desafios identificados, a reforma também apresenta a oportunidade de uso de novas tecnologias no ensino. Mesmo com a limitação colocada pela desigualdade de acesso a elas, oferece o potencial para expandir o aprendizado além do espaço da sala de aula,

complementando o ensino presencial e possibilitando abordagens mais dinâmicas e interativas.

Desse modo, para que o ensino de Geografia no Novo Ensino Médio possa cumprir seu papel de formar cidadãos críticos da realidade social e geográfica, é necessário que políticas públicas sejam desenvolvidas com o objetivo de proporcionar melhores condições de ensino. Isso inclui a criação de materiais didáticos adequados ao novo currículo, e o reconhecimento das Ciências Humanas como parte fundamental da formação escolar dos estudantes. Nesse sentido, a promoção de uma visão equilibrada e comprometida com a educação integral pode tornar possível que a Geografia desempenhe um papel protagonista na formação dos jovens brasileiros.

A Reforma do Ensino Médio, ao buscar flexibilizar o currículo e oferecer itinerários formativos diversificados, trouxe uma reorganização que impactou diretamente o ensino de Geografia. Esta disciplina, fundamental para a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos e ambientais, viu-se reduzida em termos de carga horária e, em alguns casos, fragmentada dentro das novas diretrizes educacionais. Embora a proposta de inovação do currículo tenha sido apresentada como uma solução para tornar o ensino mais atrativo e relevante, especialmente para as demandas do mercado de trabalho, a redução da carga horária destinada às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), e particularmente à Geografia, levanta questões importantes sobre a qualidade formativa dos estudantes.

Assim sendo, há a necessidade de reconsiderar o papel da avaliação no novo modelo do Ensino Médio. A ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades práticas, embora importante, pode secundarizar capacidades cognitivas substantivas. Como a Geografia está diretamente envolvida na abordagem de temáticas que demandam um aparato conceitual complexo, envolvendo a relação sociedade-natureza, as avaliações deveriam promover mais reflexões e debates em torno dessas questões, em níveis crescentes de complexidade no decorrer do Ensino Médio, indo além da aferição de habilidades.

Para que o ensino de Geografia no contexto do Novo Ensino Médio possa alcançar maior potencial convém que as políticas públicas de educação sejam ajustadas para enfrentar esses desafios. A criação de um plano nacional de formação continuada para os professores e a garantia de uma estrutura tecnológica nas escolas são passos essenciais para a valorização da disciplina, segundo os autores consultados.

Portanto, compreendemos que a continuidade da relevância da Geografia no currículo escolar depende de um compromisso com uma educação que transponha as demandas

immediatas do mercado de trabalho. É necessário estimular a formação de cidadãos capazes de pensar a realidade que vivenciam, compreendendo as relações de poder que estruturam a sociedade, e que sejam capazes de atuarem de maneira crítica e responsável diante dos problemas socioespaciais. O aparato teórico-metodológico da Geografia assume uma posição de destaque nesse sentido, contribuindo para desenvolver um amplo espectro de aprendizagens dos estudantes no Ensino Médio, criando novas possibilidades de leitura das espacialidades.

## **Referências**

BATISTA, Natália Lampert; DAVID, Cesar de; FELTRIN, Tascielli. Formação de professores de Geografia no Brasil: considerações sobre políticas de formação docente e currículo escolar., *Geografia ensino e pesquisa*, Santa Maria, v. 23, e13, p. 1-19, dez., 2019.

BENTO, Victor Régio da Silva; ALMEIDA, Lucilene Ferreira de. A geografia e a BNCC do ensino médio: uma análise dos itinerários formativos da SEE-Acre. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v.12, n. 22, p. 5-26, jan./dez., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v12i22.1010>. Acesso em 1 out. 2024.

BRASIL. *Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Dispõe sobre a reforma do Ensino Médio brasileiro, Brasília DF, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.773>

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018*. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Diário Oficial da União. Ed.242, Seção 1, p. 120. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº. 14.945, de 31 de julho de 2024*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm). Acesso em: 4 fev. 2025.

CAVALCANTI, Lana Sousa. *Formação do professor: concepções e práticas no campo da Geografia*. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

PIRES, Lucineide Mendes; CAVALCANTI, Lana de Souza. Flexibilização como princípio curricular da formação de professores de geografia. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 8, n.15, p. 63–86, 2018.

FERREIRA, Simone.; GONÇALVES, Mariana.; CAMARGO, Leonardo. A geografia e o novo ensino médio: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 49, n.1, p. 1-23, jan./dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/198464474393>. Acesso em: 1 out. 2024.

FONSECA, Ricardo Lopes. O estado da arte das pesquisas em ensino de geografia publicadas em periódicos nacionais: perspectivas e tendências. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 59, p. 1201-1232, out. /dez., 2019.

Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20922>.  
Acesso em: 1 out. 2024.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Juliano. A geografia escolar e a reorganização curricular provocada pela reforma do ensino médio. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v.13, n. 23, p. 5–20, jan./dez., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v13i23.1153>. Acesso em: 1 out. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do ensino médio flexível. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 57-66, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28982019>  
Acesso em: 1 out. 2024.

MARQUES, Ana Carolina dos Santos; FONSECA, Ricardo Lopes. O estado da arte das pesquisas em ensino de geografia que discutem a questão racial no Brasil. *Revista da ANPEGE*, [S.I.], v. 15, n. 28, p. 86-122, set./dez., 2019. Disponível em:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/10104>. Acesso em: 1 out. 2024.

MARTINS JÚNIOR, Luis; MARTINS, Rosa Elisabete Wypycynski; DIAS, Julice. E agora, como fica? Reflexões sobre a Geografia do Ensino Médio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1392-1414, jul./set. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i3p1392-1414>. Acesso em: 5 de fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOLL, Jaqueline; GARCIA, Sandra Regina Oliveira. (org.). *Ensino médio para todos no Brasil: que ensino médio?* 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2020. 277p

MOLL, Jaqueline. Reformar para retardar: a lógica da mudança no EM. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 61–74, jan./jun., 2017. Disponível em:  
<https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.771>. Acesso em: 1 out. 2023.

REIGOTA, Marcos. Estado da arte da pesquisa em Educação Ambiental no Brasil. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 33-66, jan./jun., 2007. Disponível em:  
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6130>. Acesso em: 15 out. 2024.

RIBEIRO, Larissa Mesquita; RIBEIRO, William de Oliveira. Ciência do espaço sem espaço: disciplina geografia e reforma do ensino médio no Brasil. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 25, p. 1-15, jan. 2020. Disponível em: [ribeiro](http://ribeiro.com.br). Acesso em: 5 de fev. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2012.

RIGOLIN, Vinicius Renan; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VALE, Cássio. A (in)flexibilização curricular via reforma do ensino médio no Brasil. *Perspectiva*,

Florianópolis, v.41, n.1, p. 1-22, jan./mar., 2023. Disponível em:  
<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e86834>. Acesso em: 10 out. 2024.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6. n. 19, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 1 out. 2024.

SALMERON, Lucas da Silva.; LOPES, Claudivan Sanches. As especificidades do ensino médio brasileiro, a Lei n. 13.415 e a geografia escolar: um debate necessário. *Revista ensino de Geografia*, Recife, v. 4, n.1, p. 16-35, 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/246841>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVA, Matheus Gomes da *et. al.* A BNCC, a redução da carga horária de Geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário. *Revista Ensino de Geografia*, Recife, v. 4, n. 3, 2021. Disponível em: DOI: 10.51359/2594-9616.2021.250603. Acesso em: 1 out. 2024.

---

Armstrong Miranda Evangelista

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de Lisboa (2018-2019). Professor Classe Associado IV da Universidade Federal do Piauí.

Endereço profissional: Centro de Ciências da Educação, Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, CEP: 64049-550

E-mail: armstrong@ufpi.edu.br

20

Leide Dayane da Silva Araujo

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Superior de Ensino Programus (ISEPRO - 2018), Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI - 2021), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense (FACAPI - 2019). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGGE).

Endereço profissional: Rua Horácio Lima, 141, bairro Mutirão, CEP: 64340-000, Castelo – PI.

E-mail: l-araujolima@hotmail.com

---

Recebido para publicação em 19 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 30 de janeiro de 2025.

Publicado em 10 de fevereiro de 2025.